



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7063 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

### EPIDEMIAS E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS (SÃO PAULO, 1918 E 2020)

Ariadne Lopes Ecar - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Este trabalho pretende discutir o ensino escolar frente às epidemias de Gripe Espanhola (1918) e Covid19 (2020), no estado de São Paulo, buscando perceber semelhanças e diferenças das iniciativas governamentais, suas implicações na educação pública, permanências e rupturas. Utilizamos como fontes jornais paulistas disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, edições digitais atuais, revistas pedagógicas e Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1918-1919). As análises estão baseadas nas reflexões de Michel Foucault (2008) e Achille Mbembe (2018) e seus conceitos de *biopolítica* e *necropolítica*, respectivamente.

No segundo semestre de 1918, jornais dividiram as manchetes diárias noticiando fatos da Guerra Mundial e da nova doença que começava a acometer e vitimar a população europeia e também soldados de outros países que participavam do combate. A partir de setembro, o *Correio Paulistano*, especificamente, passou a divulgar medidas para conter a influenza, e, em outubro, as notícias se intensificaram. A epidemia de gripe foi oficialmente declarada no dia 16 de outubro pelo Serviço Sanitário de São Paulo.

Antes da declaração oficial de epidemia de gripe, Oscar Thompson, diretor da Instrução Pública enviou uma circular ao Serviço Médico Escolar para que os médicos realizassem exames individuais nas salas de aula de cada escola pública e particular, e instruissem através de palestras sobre cuidados individuais, procurando conhecer o estado de saúde de cada pessoa da família dos alunos, dos professores e empregados. Os médicos deveriam visitar os membros da comunidade escolar que não comparecessem à escola, tendo autoridade para afastar os casos suspeitos de moléstias. Com a resolução do Serviço Sanitário sobre a influenza espanhola, Oscar Thompson determinou o fechamento dos estabelecimentos de ensino da capital paulista no dia 17 de outubro, e instalou postos médicos escolares nos grupos escolares da Lapa, Barra Funda, Vila Mariana, Bela Vista, Ipiranga, Cambuci, Penha, Oswaldo Cruz, Santana e Pari.

Em 20 de outubro, o *Correio Paulistano* noticiou o fechamento de todos os estabelecimentos oficiais de ensino pelo governo do estado e solicitou a mesma providência às escolas particulares; de acordo com o Boletim Sanitário, até o dia 19 de outubro, havia sido registrado apenas um caso de gripe no Grupo Escolar da Bela Vista. Os postos funcionaram até o dia 23 de outubro, quando os médicos do Serviço Médico Escolar foram chamados a trabalhar no Serviço Sanitário em razão da irrupção da gripe na capital.

De acordo com a Diretoria Geral de Instrução Pública, as aulas foram retomadas no

dia 15 de janeiro de 1919 em todos os grupos escolares e escolas isoladas do estado, exceto os grupos escolares: Oswaldo Cruz, Penha, Barra Funda, Lapa, Santana, Prudente de Moraes, José Bonifácio (Ipiranga), e Regente Feijó da capital e outras escolas de cidades do interior paulista, para desinfecção, obras de limpeza, pintura, além de outros reparos, por terem servido de hospitais provisórios durante a epidemia da gripe. As escolas particulares retomaram as atividades entre final de janeiro e início de fevereiro de 1919.

Pouco mais de 100 anos depois vivemos a epidemia de COVID 19, com a primeira notificação nacional feita em fevereiro. Aulas e eventos em São Paulo tiveram interrupção gradual a partir de 16 de março, com indicação do Secretário Estadual de Educação, Rossieli Soares, de que alunos já permanecessem em casa, conforme anúncio feito em 13 de março de 2020. Neste dia, a Secretaria esclareceu que, durante a interrupção das aulas, buscava alternativas para que os estudantes não ficassem sem conteúdo disciplinar, no entanto, o programa de ensino remoto começou no dia 27 de abril, com aulas ministradas por aplicativos e dois canais de televisão submetidos à Fundação Padre Anchieta. Passadas duas semanas, alunos e professores tiveram dificuldades para acessar o aplicativo, pois não estava disponível para o sistema iOS. É importante dizer que várias famílias não possuem televisão ou mesmo aparelho *smartphone*.

Outros problemas surgiram como a liberação de verbas para merendas, refeições realizadas nas escolas. Em São Paulo foi criado o programa emergencial “Merenda em Casa” para 20% dos alunos da rede de ensino estadual, no valor de R\$ 55,00, a partir de 8 de abril. Confinados, sem acesso ao conteúdo escolar e garantia de alimentação saudável, testemunhamos a desigualdade social que tem assolado o país, inclusive São Paulo, o estado com maior PIB, de acordo com dados do IBGE (2017).

Sem contar as questões atreladas à educação, vivemos um ordenamento de distanciamento social, assim como ocorreu em 1918, e do mesmo modo, muitas foram as notícias de insatisfações da suspensão de atividades comerciais e culturais, bem como daqueles que não se importaram em continuar aglomerações. O medo se fez presente enquanto o coronavírus estava acometendo as classes mais abastadas economicamente; quando o gráfico mudou, o discurso sobre voltar às atividades também passou a ser relativizado.

Tanto em 1918 quanto em 2020 as aulas foram suspensas para não desencadear um surto rápido do vírus, uma decisão protocolar de saúde pública. No entanto, nos dois momentos não houve uma política pública que oportunizasse ou desse continuidade ao ensino. Em ambos também, as escolas particulares foram as últimas a aderirem o isolamento social e as primeiras a se organizarem pela continuidade do ensino.

No espaço de 100 anos ocorreram outras epidemias que acometeram São Paulo e nenhuma política pública foi capaz de buscar estratégias para esses momentos. Trabalhamos com a hipótese da falta de um projeto educacional para a sociedade brasileira, particularmente paulista, que poderia ser justificado em 1918, quando a República ainda estava se organizando e não havia um sistema educacional organizado, mas não após 100 anos, como está ocorrendo em 2020. A falta de empenho da sociedade em construir uma memória coletiva sobre as epidemias pode embaçar as perspectivas de futuro, e, conseqüentemente, impedir a criação de estratégias de enfrentamento de crises da saúde pública na educação.

**Palavras-chave:** Educação. Epidemias. Biopolítica. Necropolítica. Memória.

## Referências

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

### Fontes

FOLHA DE SÃO PAULO. Ensino remoto na rede pública de SP estreia com dúvidas e bagunça virtual. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/ensino-remoto-na-rede-publica-de-sp-estrela-com-duvidas-e-bagunca-virtual.shtml>. Acesso em 27/04/2020.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=3550308>. Acesso em 27/08/2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Governo de SP anuncia suspensão de aulas e eventos com mais de 500 pessoas. Disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governo-de-sp-anuncia-suspensao-de-aulas-e-eventos-com-mais-de-500-pessoas/>. Acesso em 13/03/2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Governo de SP anuncia programa “Merenda em Casa” para 700 mil alunos. Disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/coronavirus/governo-de-sp-anuncia-programa-merenda-em-casa-para-700-mil-alunos/>. Acesso em 25/03/2020.